

Relatório e Contas

IMGA GV Portuguese Equities

Fundo de Investimento Aberto de Ações

i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos de Ações	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	13
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	15
Eventos Subsequentes	16
Notas Informativas	19
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	50
Relatório de Auditoria	61



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

O fundo constituiu-se a 23 de dezembro de 2025 como Fundo de Investimento de Ações Aberto, com duração indeterminada e a denominação de “IMGA GV PORTUGUESE EQUITIES – Fundo de Investimento Aberto de Ações”.

A Categoria G de Unidades de participação do fundo iniciou a comercialização a 9 de outubro de 2025, tendo sido constituída a 23 de dezembro de 2025.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do “travão da dívida”, que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado “*liberation day*” (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas “recíprocas” sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subsequentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas “recíprocas” a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de “apenas” 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.

O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da “*One Big Beautiful Bill*” no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de

100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emitentes soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos - fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos

estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spreads* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de *carry* originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial *investment grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spread* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos

neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expectativas de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%,

impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do Brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

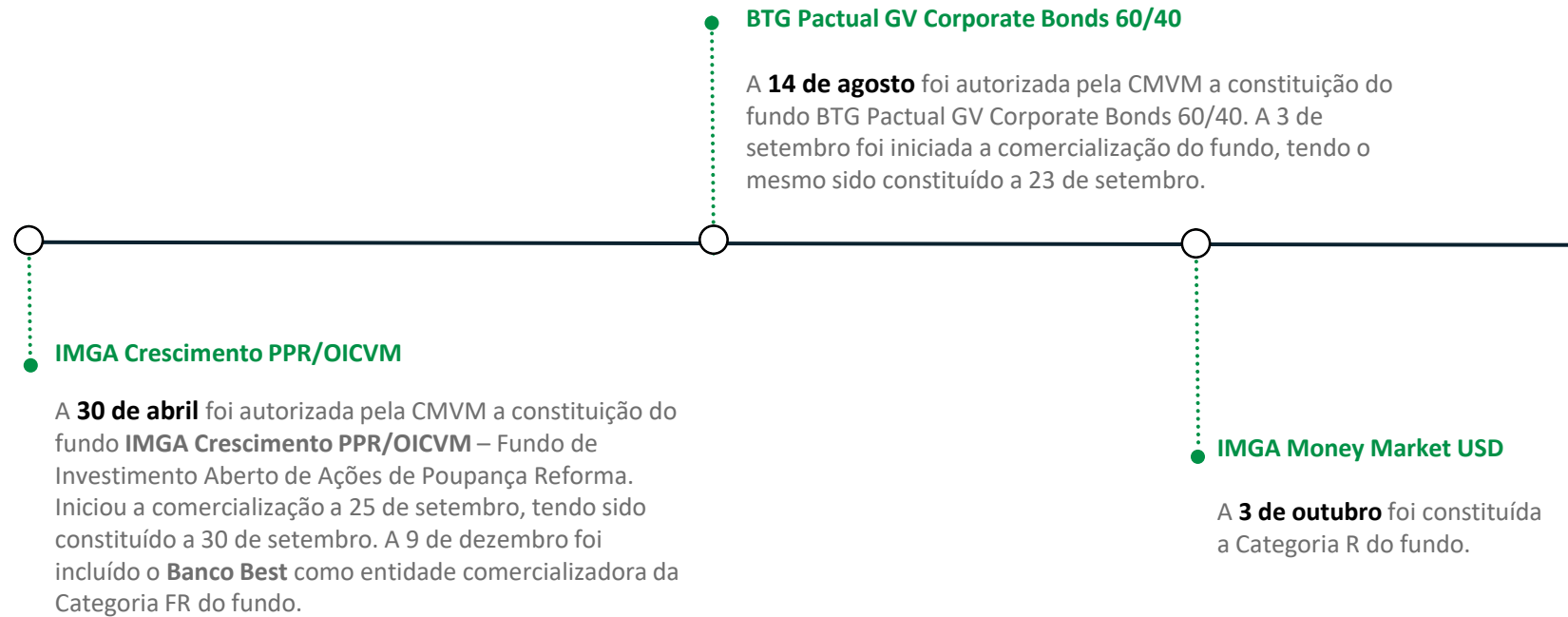
Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

Novos Fundos/Categorias:



● **IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities**

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

● **Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado**

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

Fusões/Liquidações de fundos

● Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo “Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

Novas entidades comercializadoras

● A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

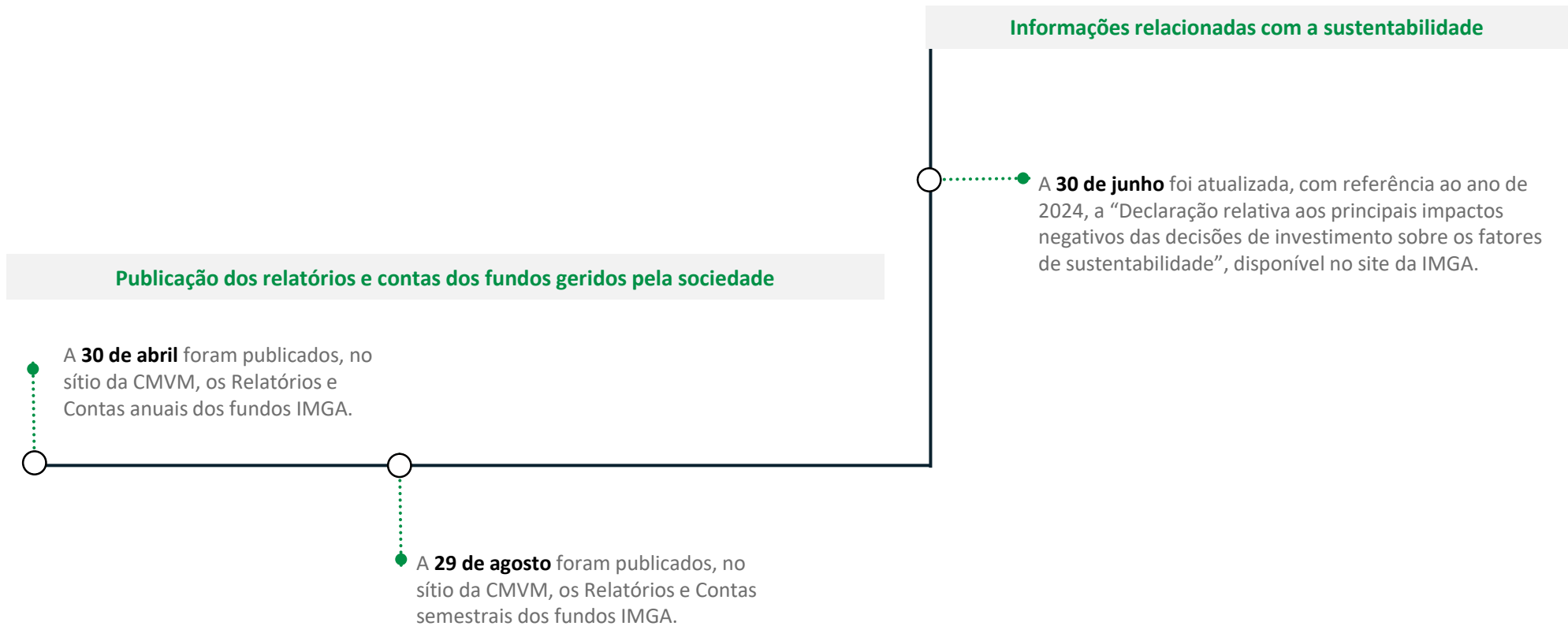
Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Os mercados acionistas registaram uma evolução globalmente positiva em 2025, embora com comportamentos diferenciados entre regiões.

Nos EUA, os principais índices bolsistas mantiveram uma trajetória favorável ao longo do ano, sustentados pela resiliência dos resultados empresariais e pela expectativa de início de um ciclo de descida de taxas, apesar de maior volatilidade em alguns momentos.

Na Europa, os mercados acionistas beneficiaram sobretudo do processo de desinflação e da redução das taxas de juro pelo BCE, com desempenhos

particularmente fortes em mercados periféricos, enquanto os principais índices do centro da Europa apresentaram ganhos mais moderados. Em contraste, os mercados emergentes evidenciaram uma evolução mais desigual, refletindo diferenças de crescimento económico, condições financeiras e exposição cambial. Este contexto traduziu-se num ano de rendibilidades positivas, mas heterogéneas, com maior dispersão entre geografias e estilos de investimento.

Os fundos de ações da IMGA registaram desempenhos diferenciados entre geografias e estilos. Nesta tipologia, as rendibilidades anualizadas a 1 ano variaram

entre 1,3% (IMGA Ações América) e 32,7% (IMGA Ações Portugal), com o IMGA European Equities a registar 16,3% e o IMGA Global Equities Selection 6,8%. A volatilidade manteve-se em níveis típicos desta classe de ativos, entre 12,6% e 17,3%.

As subscrições líquidas totalizaram aproximadamente €47,4M, com destaque para o IMGA Ações Portugal (€78,6M), parcialmente compensado por saídas no IMGA European Equities (€20,7M) e no IMGA Ações América (€13,2M); o IMGA Global Equities Selection registou aproximadamente €2,3M de subscrições líquidas.

Desempenho Fundos de Ações

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	32,70%	12,58%	5	16,34%	12,49%	5	14,93%	13,67%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	32,68%	12,58%	5	16,34%	12,49%	5	14,92% (*)	13,66%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	32,65%	12,57%	5	16,33% (*)	12,49% (*)	5 (*)	14,93% (*)	13,67% (*)	5 (*)
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	16,27%	13,56%	5	11,97%	12,61%	5	9,08%	13,63%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	16,29%	13,57%	5	11,99%	12,65%	5	9,08% (*)	13,67%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	17,85%	13,55%	5	13,42%	12,60%	5	10,47% (*)	13,62%	5
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	1,32%	17,27%	6	17,03%	14,02%	5	12,92%	15,09%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	1,30%	17,28%	6	17,01%	14,03%	5	12,89% (*)	15,10%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	2,56%	17,24%	6	18,44%	14,00%	5	14,27% (*)	15,08%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	6,83%	16,71%	6	14,90%	13,56%	5	11,62%	14,10%	5
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	6,83%	16,71%	6	14,91%	13,56%	5	11,63% (*)	14,11%	5

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A.

Data de referência: 31 de dezembro de 2025

O IMGA GV Portuguese Equities foi constituído a 23 de dezembro de 2025, pelo que não aparece representado no quadro.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2025 continuou a tendência de ganhos para os mercados acionistas globais que se tem verificado desde 2022. No entanto, foi um ano de fortes contrastes.

O primeiro semestre foi marcado por forte volatilidade, que resultou da política protecionista imposta unilateralmente pela Administração Trump. O índice MSCI World desvalorizou 19% entre meados de fevereiro e dia 7 de abril. Após esta reação de forte reprovação por parte dos mercados acionistas às medidas alfandegárias mais gravosas anunciadas pela Administração Trump, houve alguma flexibilidade por parte das autoridades para amenizar as medidas mais onerosas que foram anunciadas. O estabelecimento de acordos com a maioria dos principais parceiros comerciais acalmou os ânimos dos investidores a partir desse fatídico dia.

O mercado europeu foi dos que menos sofreu com as decisões tomadas pela Administração Trump. Embora o índice MSCI Europe tenha desvalorizado 18% desde o máximo atingido no início de março e meados de abril, a recuperação foi vertiginosa, devido a vários fatores endógenos da região.

O Banco Central Europeu começou mais uma ronda de cortes da taxa de juro em janeiro e continuou essa dinâmica até junho, reduzindo a principal taxa de operações de refinanciamento em 100bp, em contraste

com a Reserva Federal norte-americana que só começou a cortar taxas em setembro. A guerra da Ucrânia impulsionou o setor de defesa, que colmatou alguma fragilidade noutros setores de cariz industrial, como o automóvel. Os setores de cariz financeiro com destaque para a banca foram coletivamente as estrelas do ano, beneficiando numa curva de taxas de juro fortemente inclinada.

Nos EUA, a expectável subida da inflação, que seria provocada pela nova situação aduaneira, não se materializou ao longo do ano, dando espaço às autoridades monetárias para continuar a cortar taxas no último trimestre do ano em 75 pontos base. No entanto, as pressões inflacionistas não foram totalmente eliminadas. A aprovação do pacote legislativo *Big Beautiful Bill* assegurou que não haverá uma consolidação orçamental nos próximos anos, mantendo os défices orçamentais a níveis elevados. Esta realidade não escapou aos investidores, que temem cada vez mais uma monetização crescente da dívida Federal. O resultado foi a forte valorização do ouro ao longo do ano e a desvalorização do dólar. O índice S&P500 valorizou 17,9% em moeda local, em 2025, mas somente 3,9%, em euros.

Na Europa houve grandes discrepâncias de performance entre os vários mercados nacionais. As estrelas foram os mercados do Sul da Europa, com Espanha, Itália e Portugal a valorizarem 55,3%, 38,1% e

35,5% respetivamente. A sua composição setorial, com maior exposição aos setores de cariz financeiro e em setores defensivos com valorizações razoáveis foram determinantes.

A economia americana continuou a demonstrar cada vez mais uma dupla realidade. Por um lado, o surto de investimento na temática da inteligência artificial impulsionou fortemente o setor de semicondutores e empresas noutros setores diretamente associados. Por outro lado, a economia “convencional” registou um crescimento anémico com uma constante desaceleração no ritmo de crescimento do emprego. As taxas de juro a longo prazo não acompanharam a descida de taxas de curto prazo, penalizando o setor imobiliário e outros fortemente relacionados.

A praça nacional voltou a beneficiar da forte valorização por parte do BCP. A Sonae, que durante anos pouco valorizou, registou a sua melhor performance anual em décadas, valorizando 85%. A Mota Engil também registou uma forte valorização de 75%, impulsionada por novas obras, tanto a nível doméstico, como fora de portas. O setor de materiais foi o grande perdedor do ano. Tanto a Corticeira Amorim como a fileira de pasta e papel, não conseguiram ultrapassar a fraca dinâmica de procura e de preços que assola os seus respetivos segmentos de negócio.

Nos EUA, o setor de semicondutores voltou a ser o líder dos ganhos, com a Nvidia a continuar a ser a empresa mais valiosa do mundo, seguido do setor de media, impulsionado pela forte valorização da Alphabet, associada às suas vantagens inerentes na temática da inteligência artificial. Já os setores de produtos de consumo diário e de bens de consumo duradouro foram os que piores performances registaram. O primeiro, sendo de cariz defensivo, foi protelado em relação a outros com perspetivas de crescimento, enquanto o segundo foi penalizado pelo segmento de construção imobiliária residencial.

O Fundo foi constituído a 23 de dezembro de 2025. A carteira consiste numa componente acionista maioritariamente nacional e outra que pode ser alocada a outros mercados acionistas globais. Nesta conjuntura, esta última componente está investida no mercado americano, com um viés claro para setores e empresas de perfil de crescimento.

O Fundo manterá a sua postura atenta, procurando, a todo o momento, selecionar os emitentes nacionais com maior potencial de valorização, bem como empresas de cariz global com um binómio risco/rendibilidade atrativo.

A 31 de dezembro de 2025, o valor líquido global ascendia a €0,45M. As vendas líquidas fixaram-se igualmente em €0,45M, não se tendo registado qualquer pedido de resgate até à data.

Sendo um fundo de capitalização, não houve lugar à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores			
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor

externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito. Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho. As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de

Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior. Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

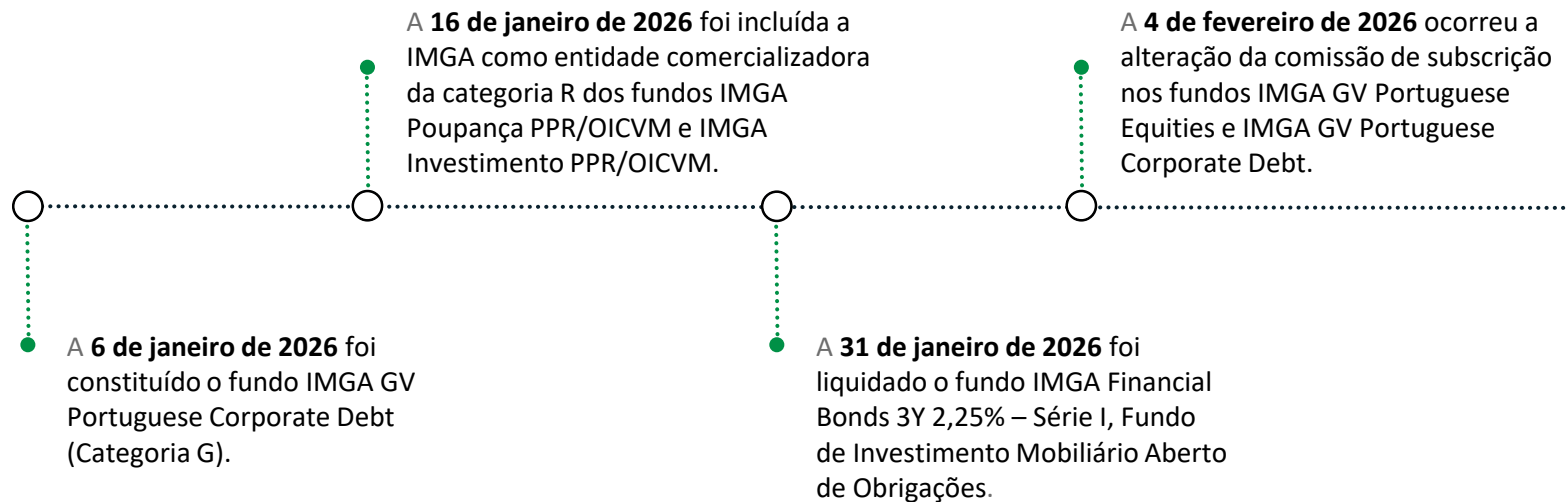
Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes



A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

- IMGA Ações Portugal
- IMGA Portuguese Corporate Debt
- IMGA Money Market
- IMGA Liquidez
- IMGA Euro Taxa Variável
- IMGA GV Portuguese Corporate Debt
- IMGA GV Portuguese Equities
- IMGA European Equities
- IMGA Global Equities Selection
- IMGA Poupança PPR/OICVM
- IMGA Investimento PPR/OICVM
- IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

IMGA GV Portuguese Equities - Fundo de Investimento Aberto de Ações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Aberto de Ações

Data de Constituição:

23 de dezembro de 2025

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Bison Bank, S.A

Valor da Carteira:

(31 de dezembro de 2025)

450 574 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

Não são divulgados dados relativos à evolução de rendibilidade e risco, na medida em que ainda não completou um ano civil.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procura proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

Para a realização desta política, o Fundo investe os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), no mínimo 65% em ações de empresas nacionais, podendo também investir até um máximo de 35% do seu valor líquido global em ações de empresas cotadas nos mercados regulamentados dos Estados Unidos da América, nos países da União Europeia e de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O Fundo deve deter, em permanência, um mínimo de 85% do seu património investido em ações.

O Fundo está exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro, num valor máximo de 35% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo não pode investir mais de 10% em unidades de participação de organismos de investimento coletivo.

Para a gestão da liquidez necessária, o Fundo pode ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo, tendo em conta a sua política de investimentos. O Fundo pode ainda adquirir Fundos de Mercado Monetário ou de Curto Prazo geridos pela própria IMGA.

O Fundo pode adquirir unidades de participação de fundos com idêntica regulamentação ou partes de outros organismos de investimento coletivo, nos termos legais.

A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados com base em critérios de crescimento e valorização, considerando os resultados financeiros das empresas, setor de atividade, posicionamento no mercado, qualidade de gestão, entre outros, e abstendo-se de investir em setores controversos, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento. O Fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

A Sociedade Gestora considera os seguintes setores como controversos: Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico ou empresas cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades.



EVOLUÇÃO DO FUNDO

Não são divulgados dados relativos à rentabilidade, na medida em que ainda não completou um ano civil.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2025
IMGA GV PORTUGUESE EQUITIES CAT G	
Nº. UP's em circulação	90 000,0000
Valor Unitário UP (Euro)	5,0064



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

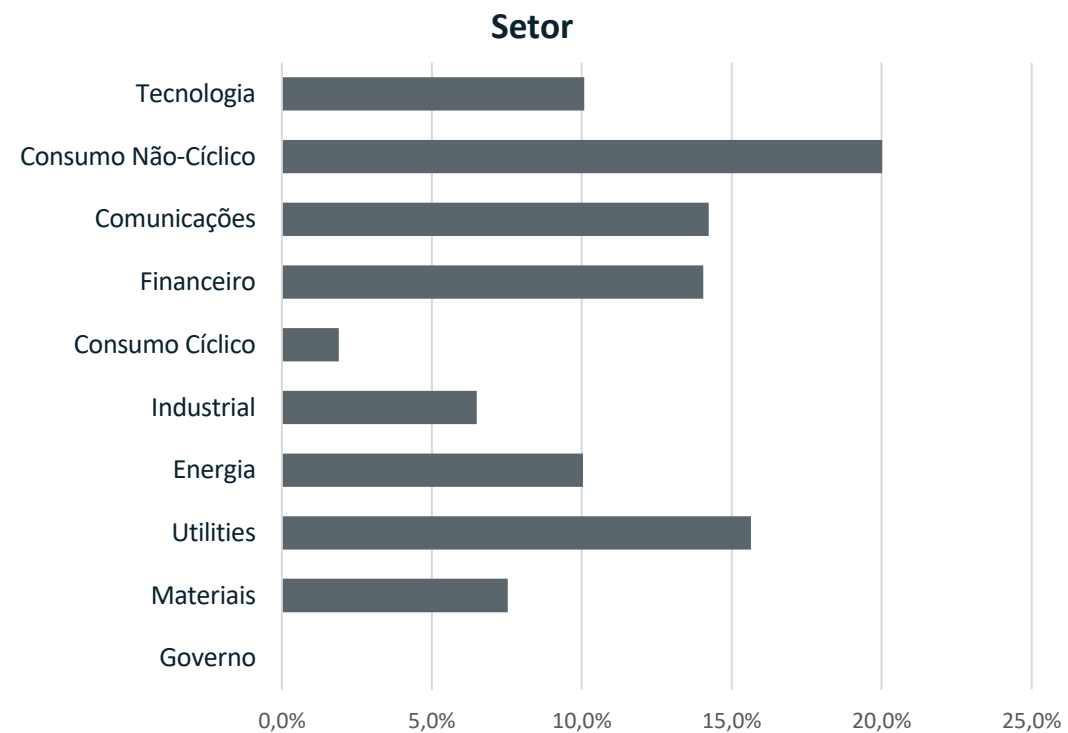
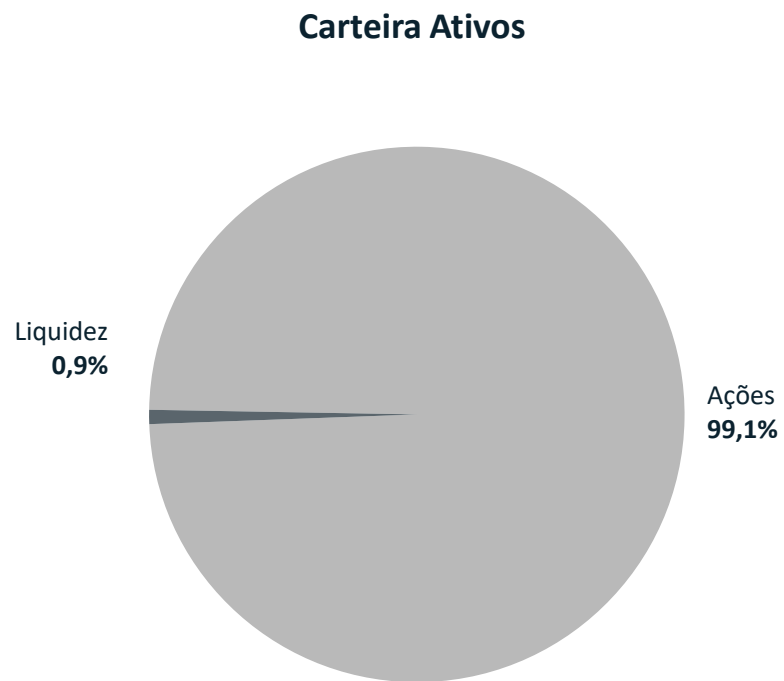
(valores em euro)

31.12.2025

Valores mobiliários	447 402
Saldos bancários	3 860
Outros ativos	911
Total dos ativos	452 173
Passivos	1 599
Valor Líquido de Inventário	450 574

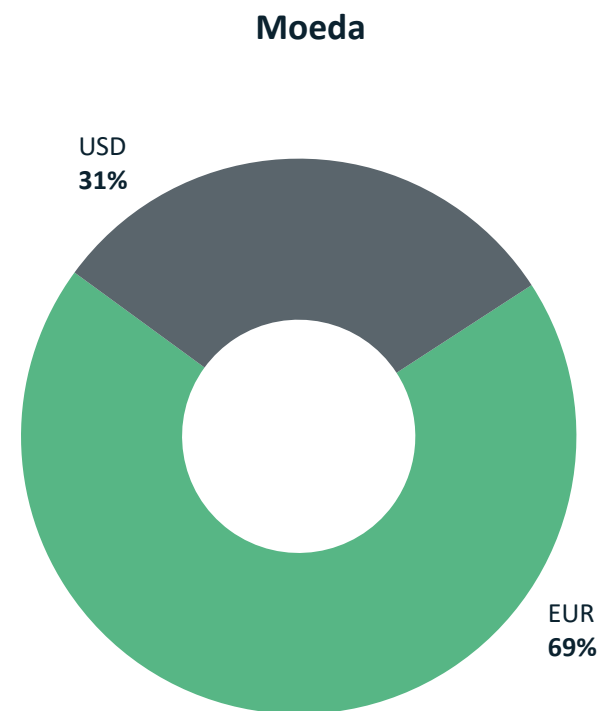
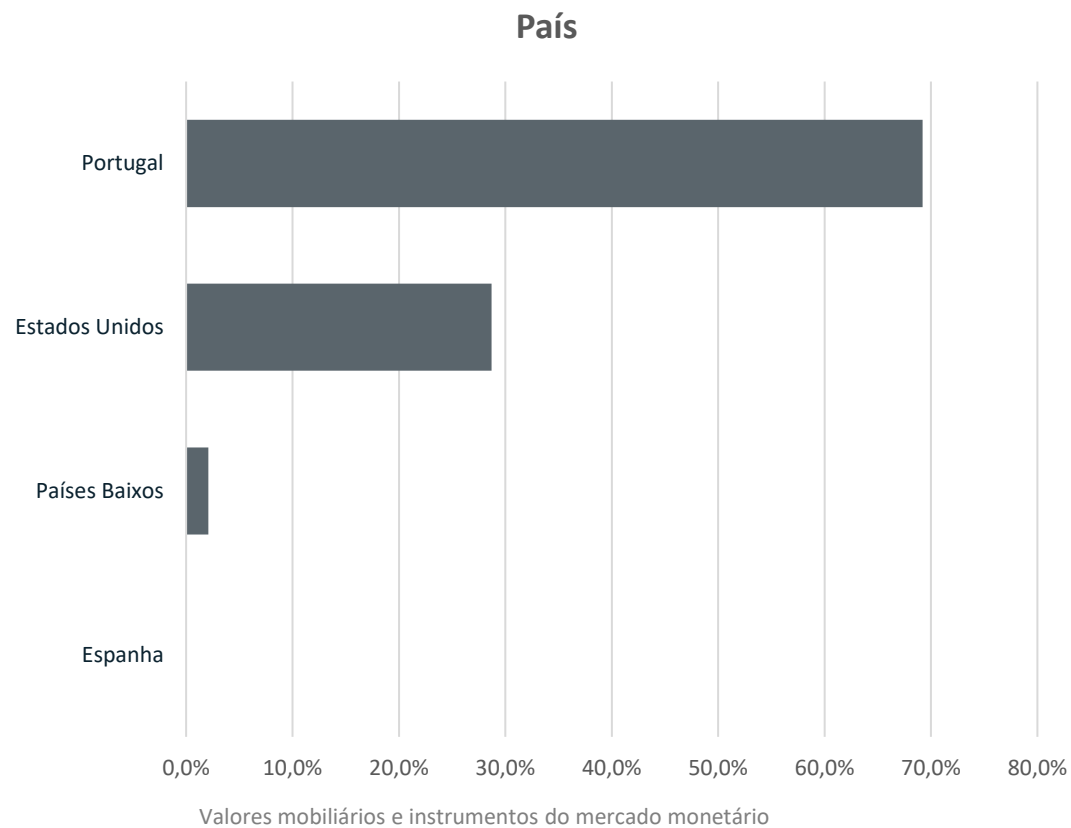


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	305 866	3 860	56	309 670	-	309 670	69%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	138 207	731	1 205	137 733	-	137 733	31%
TOTAL	444 072	4 591	1 261	447 402	-	447 402	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	-
Outros investimentos	-
Mais-valias de investimento	4 601
Custos	
Custos de gestão	(216)
Custos de depósito	(11)
Outros encargos, taxas e impostos	(1 876)
Menos-valias de investimentos	(1 923)
Lucro líquido	574
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	450 000
Resgates	-



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2025	450 574	5,0064

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício do ano de 2025.





i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

ATIVO					PASSIVO		
Código	Designação	31.12.2025			Código	Designação	31.12.2025
		Bruto	Mv	mv/P			
	Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM						
33	Ativos Intangíveis das SIM						
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>						
	Carteira de Títulos						
21	Obrigações						
22	Ações	444 072	4 591	(1 261)			447 402
23	Outros Títulos de Capital						
24	Unidades de Participação						
25	Direitos						
26	Outros Instrumentos da Dívida						
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	444 072	4 591	(1 261)			447 402
	Outros Ativos						
31	Outros ativos						
	<i>Total de Outros Ativos</i>						
	Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	911					911
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	911					911
	Disponibilidades						
11	Caixa						
12	Depósitos à Ordem	3 860					3 860
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						
14	Certificados de Depósito						
18	Outros Meios Monetários						
	<i>Total das Disponibilidades</i>	3 860					3 860
	Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos						
52	Despesas com Custo Diferido						
53	Outros acréscimos e diferimentos						
59	Contas transitórias ativas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>						
	TOTAL DO ATIVO	448 844	4 591	(1 261)			452 173
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação						90 000
	Capital do OIC						
61	Unidades de Participação						450 000
62	Variações Patrimoniais						
64	Resultados Transitados						
65	Resultados Distribuídos						
67	Dividendos Antecipados das SIM						
66	Resultados Líquidos do Período						574
	<i>Total do Capital do OIC</i>						450 574
	Provisões Acumuladas						
481	Provisões para Encargos						
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>						
	Terceiros						
421	Resgates a Pagar a Participantes						
422	Rendimentos a Pagar a Participantes						
423	Comissões a Pagar						333
424+...+429	Outras contas de Credores						37
43+12	Empréstimos Obtidos						
44	Pessoal						
46	Acionistas						
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>						369
	Acréscimos e diferimentos						
55	Acréscimos de Custos						1 230
56	Receitas com Proveito Diferido						
58	Outros Acréscimos e Diferimentos						
59	Contas transitórias passivas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>						1 230
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO						452 173
	Valor Unitário da Unidade Participação						5.0064

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos
		31.12.2025
Operações Cambiais		
911	À vista	
912	A prazo (forwards cambiais)	
913	Swaps cambiais	
914	Opções	
915	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	
922	Swap de taxa de juro	
923	Contratos de garantia de taxa de juro	
924	Opções	
925	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Cotações		
934	Opções	
935	Futuros	
	<i>Total</i>	
Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	
944	Valores cedidos em garantia	
945	Empréstimos de títulos	
	<i>Total</i>	
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos
		31.12.2025
Operações Cambiais		
911	À vista	
912	A prazo (forwards cambiais)	
913	Swaps cambiais	
914	Opções	
915	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	
922	Swap de taxa de juro	
923	Contratos de garantia de taxa de juro	
924	Opções	
925	Futuros	
	<i>Total</i>	
Operações Sobre Cotações		
934	Opções	
935	Futuros	
	<i>Total</i>	
Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos	
942	Operações a prazo (reporte de valores)	
943	Valores cedidos em garantia	
	<i>Total</i>	
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
Código	Designação	Períodos 31.12.2025	Código	Designação	31.12.2025
	Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
	Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	
711+718	De Operações Correntes		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	
719	De Operações Extrapatrimoniais		811+814+827+818	De Operações Correntes	
	Comissões e Taxas		819	De Operações Extrapatrimoniais	
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	504		Rendimento de Títulos	
724+...+728	Outras Operações Correntes	327	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	
729	De Operações Extrapatrimoniais		829	De Operações Extrapatrimoniais	
	Perdas em Operações Financeiras			Ganhos em Operações Financeiras	
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 261	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 177
731+738	Outras Operações Correntes		831+838	Outras Operações Correntes	
739	Em Operações Extrapatrimoniais	662	839	Em Operações Extrapatrimoniais	423
	Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		851	Provisões para Encargos	
7411+7421			87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	
7412+7422	Impostos Indirectos	42			
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício				
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 230			
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>4 026</u>		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>4 601</u>
79	Outros custos e perdas das SIM		89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>	
	Custos e Perdas Eventuais			Proveitos e Ganhos Eventuais	
781	Valores Incobráveis		881	Recuperação de Incobráveis	
782	Perdas Extraordinárias		882	Ganhos Extraordinários	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>574</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	
	TOTAL	<u><u>4 601</u></u>		TOTAL	<u><u>4 601</u></u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 412	F - E	Resultados Eventuais	
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(239)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	574
B-A	Resultados Correntes	574	B+D+F-A-C-		
			E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	574



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-25	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:		450 000
Subscrição de unidades de participação	450 000	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		450 000
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
PAGAMENTOS:		445 478
Compra de títulos e outros ativos	444 974	
Comissões de bolsa suportadas	58	
Comissões de corretagem	446	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(445 478)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
PAGAMENTOS:		662
Operações cambiais	662	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(662)
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		3 860
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		3 860



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA GV Portuguese Equities, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de outubro de 2025, tendo iniciado a sua atividade em 23 de dezembro de 2025.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Bison Bank, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural.

Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da categoria G é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
Valor base	-	450 000	-	-	-	450 000
Diferença p/Valor Base	-	-	-	-	-	-
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	-	-	-	-	-	-
Resultados do período	-	-	-	-	574	574
SOMA	-	450 000	-	-	574	450 574
Nº de Unidades participação	-	90 000	-	-	-	90 000
Valor Unidade participação	-	5.0000	-	-	-	5.0064

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria G		
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31/12/25	5,0064	450 574	90 000
	30/09/25	-	-	-
	30/06/25	-	-	-
	31/03/25	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	2
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	-
UPs < 0.5%	-
TOTAL	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Ações	469 659	-	912	-	470 571	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	450 000	-
Resgates	-	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Ações						
Altri SGPS S.A.	17 580	420	-	18 000	-	18 000
B.Comercial Português-Nom.	44 450	360	-	44 810	-	44 810
CTT - Correios de Portugal SA	14 697	163	-	14 860	-	14 860
Corticeira Amorim-SGPS	9 310	-	(56)	9 254	-	9 254
EDP Renovaveis SA	28 480	537	-	29 016	-	29 016
EDP-Energias de Portugal SA	15 452	208	-	15 660	-	15 660
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	43 993	921	-	44 914	-	44 914
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	44 142	430	-	44 572	-	44 572
Mota Engil - SGPS SA	19 712	80	-	19 792	-	19 792
NOS, SGPS, SA	15 960	100	-	16 060	-	16 060
Navigator CO Sa/THe	15 390	310	-	15 700	-	15 700
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	15 900	175	-	16 075	-	16 075
Sonae - SGPS	20 800	156	-	20 956	-	20 956
	305 866	3 860	(56)	309 670	-	309 670
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Ações						
Alphabet Inc-CL C	9 052	42	-	9 093	-	9 093
Amazon.Com Inc	9 064	28	(39)	9 053	-	9 053
Arista Networks Inc	11 072	174	-	11 246	-	11 246
Broadcom Ltd	11 794	36	-	11 830	-	11 830
JPMorgan Chase & Co	9 133	28	(80)	9 081	-	9 081
Lilly (Eli) & Co	9 188	28	(34)	9 183	-	9 183
Meta Platforms INC - Class A	9 045	28	(49)	9 024	-	9 024
Microsoft Corp	10 306	32	(17)	10 321	-	10 321
NVIDIA Corp	13 583	78	-	13 661	-	13 661
NXP Semiconductors NV	9 643	30	(371)	9 301	-	9 301
Netflix Inc	9 094	117	-	9 211	-	9 211
Nextera Energy Inc	9 176	56	-	9 233	-	9 233
TESLA INC	9 041	28	(573)	8 496	-	8 496
Visa Inc - Class A Shares	9 015	28	(42)	9 000	-	9 000
	138 207	731	(1 205)	137 733	-	137 733
TOTAL	444 072	4 591	(1 261)	447 402	-	447 402

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	-	450 000	446 140	3 860
TOTAL	-	450 000	446 140	3 860

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	4 168	10	4 177	-	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	423	423	-	-	-	-
TOTAL	4 168	433	4 601	-	-	-	-

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações	1 261	-	1 261	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	662	662	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	216	-	216
de Depósito	-	-	-	11	-	11
de Supervisão	-	-	-	100	-	100
de Carteira de títulos	-	-	-	504	-	504
TOTAL	1 261	662	1 923	831	-	831

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025
Impostos indiretos:	
Imposto do Selo	42
TOTAL	42

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas		À Vista	A Prazo				Posição Global
			Forward	Futuros	Swaps	Opções	
USD	USD	163 003	-	-	-	-	163 003
Contravalor Euro	Total in Euro	138 726	-	-	-	-	138 726

13. EXPOSIÇÃO DO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	447 402	-	-	447 402
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria G	
	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	221	1,99%
Comissão de Depósito	12	0,10%
Taxa de Supervisão	100	0,90%
Custos de Auditoria	1 230	0,55%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	19	0,17%
Outros Custos Correntes	18	0,16%
TOTAL	1 599	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	3,88%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA GV Portuguese Equities**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **875500IBKMKA665YZJ06**

Código do fundo (CMVM): **2345**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

●● <input type="checkbox"/> Sim	●● <input checked="" type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental : ____% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social : ____%	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

À data de preparação deste relatório, 31 de dezembro de 2025, existiam 27 entidades em carteira, aendo que a grande maioria dispunha de dados suficientes relativamente aos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2025 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de dados de cerca de 100% da carteira de ativos do fundo, sendo que 65% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 25% apresentavam risco médio, 10% apresentavam risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos aos riscos associados à sustentabilidade ambiental contribuíram em 23% para o risco ESG do fundo, com principal destaque para “Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição”.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 37,2% desta notação, penalizada por diversos indicadores analisados, nos quais se destaca “Privacidade e Segurança de Dados”, principalmente derivado da exposição a uma entidade do do setor IT relacionada com redes sociais e “Ética Empresarial”.

Também a contribuir para o risco ESG da carteira estiveram outros riscos idiossincráticos e riscos relacionados com a componente de *governance* e outros riscos idiossincráticos.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact, existiam, no entanto, 4 entidades em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento, correspondendo a 8% da carteira de ativos do Fundo a 31 de dezembro de 2025.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2025.

Notação de Rating ESG: <i>Risco Baixo</i>		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	56,8%	13,7%	23,0%	46,8%	13,1%	24,6%	27,8%	11,8%	16,9%
	Uso de Água	40,3%	6,2%		32,2%	7,6%		25,1%	3,5%	
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	6,6%	0,8%		4,7%	0,8%		-	-	
	Proteção e Restauo da Biodiversidade e dos Ecossistemas	29,6%	2,3%		29,6%	3,1%		27,6%	1,6%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	28,9%	2,2%	37,2%	24,9%	2,8%	43,7%	7,7%	0,7%	22,7%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	83,0%	7,5%		73,0%	8,1%		49,4%	3,3%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	34,3%	5,9%		34,3%	8,0%		27,6%	5,2%	
	Ética Empresarial	75,5%	8,5%		65,4%	9,7%		41,8%	5,4%	
	Corrupção	-	-		-	-		-	-	
	Relação com a comunidade	29,6%	2,9%		29,6%	3,9%		27,6%	2,7%	
	Privacidade e Segurança de Dados	63,7%	9,8%		57,7%	11,2%		38,8%	5,4%	
Acesso a Serviços Básicos	2,1%	0,4%	-	-	-	-				
Corporate Governance	Corporate Governance	83,0%	19,9%	19,9%	73,0%	22,8%	22,8%	49,4%	11,2%	11,2%
Outros	Outros	24,2%	19,9%	19,9%	22,2%	4,1%	4,1%	12,2%	2,1%	2,1%
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	-	95,2%	95,2%	-	52,9%	52,9%
% Ativos do Fundo		100,0%			75,4%			21,5%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

A notação de rating ESG de “Risco Baixo” reflete o risco ESG da carteira de ativos emitidos por entidades privadas, que correspondem a 100% da carteira de ativos do fundo. Esta notação resultou em maioritariamente de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 75,4% da carteira de ativos. Destes cerca de 21,5% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis.

A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis e liquidez para a gestão corrente do fundo.

● **... e em relação a períodos anteriores?**

O Fundo constituiu-se a 23 de dezembro 2025, não existindo períodos anteriores que possibilitem a comparação.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rentabilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade. Para isso foram analisados os indicadores de sustentabilidade e as notações externas de rating ESG das entidades emitentes, simultaneamente com os tradicionais fatores financeiros, procurando, sempre que possível, reforçar o compromisso de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emitentes alvo do investimento. Assim, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

Os **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

- i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencia setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos. Relativamente aos emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.
- ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armas controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.
Para os emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freedom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de cariz social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em: [declaracao_principais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf](#)

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.

Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Diretos Humanos.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio “Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável” previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.



A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, o Fundo tem em consideração os diversos indicadores ambientais e sociais, integrados na metodologia de rating. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas. A IMGA, em cumprimento da regulamentação em vigor, nomeadamente em cumprimento da divulgação dos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade prevista pelo Regulamento Delegado (EU) 2022/1288, divulga os indicadores considerados para a carteira consolidada de ativos. Não obstante, reconhecendo a importância que estes indicadores poderão ter para uma análise informada dos investimentos do fundo, inclui neste ponto o desempenho da carteira de ativos no final do ano corrente e do ano anterior, medida pela soma da quota parte do fundo, proporcional ao investimento em cada entidade, para os indicadores considerados relevantes cuja cobertura de dados seja suficiente para permitir esta análise:

Quadro 1

Descrição dos principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2025	
	Impacto	Cobertura
INDICADORES SOBRE O CLIMA E OUTROS INDICADORES RELACIONADOS COM O AMBIENTE		
Emissões de gases com efeito de estufa		
1. Emissões de gases com efeito de estufa	280	100%
Emissões de GEE de categoria 1	24	100%
Emissões de GEE de categoria 2	4	100%
Emissões de GEE de categoria 3	252	100%
2. Pegada de carbono (ton CO ₂ eq/mEUR investimento no fundo)	625	83%
3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento (ton CO ₂ eq/mEUR investimento)	862	100%
4. Quota parte das atividades no setor dos combustíveis fósseis	0,2%	100%
5.1 Quota-parte do consumo de energias não renováveis	51,1%	96%
5.2 Quota-parte da produção de energias não renováveis	14,7%	85%
Biodiversidade		
7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (% AUMs)	5,92%	100%
Resíduos		
9. Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos (ton/mEUR investimento)	0	100%
INDICADORES RELACIONADOS COM AS QUESTÕES SOCIAIS E LABORAIS, O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O SUBORNO		
Questões sociais e laborais		
10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	0,0%	100%
11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	24,4%	100%
13. Diversidade de género nos conselhos de administração (% mulheres)	35,9%	100%
14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas - % AUMs)	0,0%	100%

Quadro 2

Indicadores adicionais sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2025	
	Impacto	Cobertura
Emissões		
4. Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono (% AUMs)	18,1%	100%
Água, resíduos e emissões materiais		
7. Investimentos em empresas sem políticas de gestão dos recursos hídricos (% AUMs)	62,6%	100%
9. Investimentos em empresas produtoras de químicos (% AUMs)	0,0%	100%
10. Atividades com potencial impacto na degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos (% AUMs)	8,7%	100%
12. Investimentos em empresas sem práticas sustentáveis de exploração dos mares ou dos oceanos (% AUMs)	82,4%	100%
13. Resíduos não reciclados (ton/m EUR investimento)	3,5	81%
14. Atividade com potencial impacto em espécies naturais e áreas protegidas (% AUMs)	1,9%	100%
15. Entidades sem políticas de gestão da desflorestação (% AUMs)	60,2%	100%
Títulos verdes		
ambiental	100,0%	100%

Quadro 3

Indicadores adicionais relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2025	
	Impacto	Cobertura
Questões sociais e laborais		
1. Investimentos em empresas sem políticas de prevenção de acidentes no trabalho (% AUMs)	14,1%	100%
4. Ausência de código de conduta de fornecedor (% AUMs)	0,0%	100%
5. Ausência de mecanismos de tratamento de queixas/reclamações relacionadas com questões laborais (% AUMs)	93,9%	100%
6. Proteção insuficiente dos autores de denúncias (% AUMs)	0,0%	100%
7. Número de incidentes de discriminação	1	100%
7. Número de incidentes de discriminação que resultaram na aplicação de sanções	0	100%
Direitos humanos		
9. Ausência de política de direitos humanos (% AUMs)	0,0%	100%
10. Ausência de diligência devida (% AUMs)	10,5%	100%
11. Ausência de processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos (% AUMs)	0,0%	100%
12. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho infantil (% AUMs)	8,2%	100%
13. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado ou obrigatório (% AUMs)	3,9%	100%
14. Número de casos identificados de problemas e incidentes graves de desrespeito dos direitos humanos	0	100%
Luta contra a corrupção e o suborno		
15. Ausência de políticas de luta contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,0%	100%
16. Casos de medidas insuficientes de combate a violações das normas contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,0%	100%
17. Número de condenações por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	100%
17. Multas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	100%



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	País	% de ativos
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	Oil & Gas Producers	Portugal	9,97%
B.Comercial Português-Nom.	Banks	Portugal	9,95%
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	Food Retailers	Portugal	9,89%
EDP Renovaveis SA	Utilities	Espanha	6,44%
Sonae - SGPS	Food Retailers	Portugal	4,65%
Mota Engil - SGPS SA	Construction & Engineering	Portugal	4,39%
Altri SGPS S.A.	Paper & Forestry	Portugal	3,99%

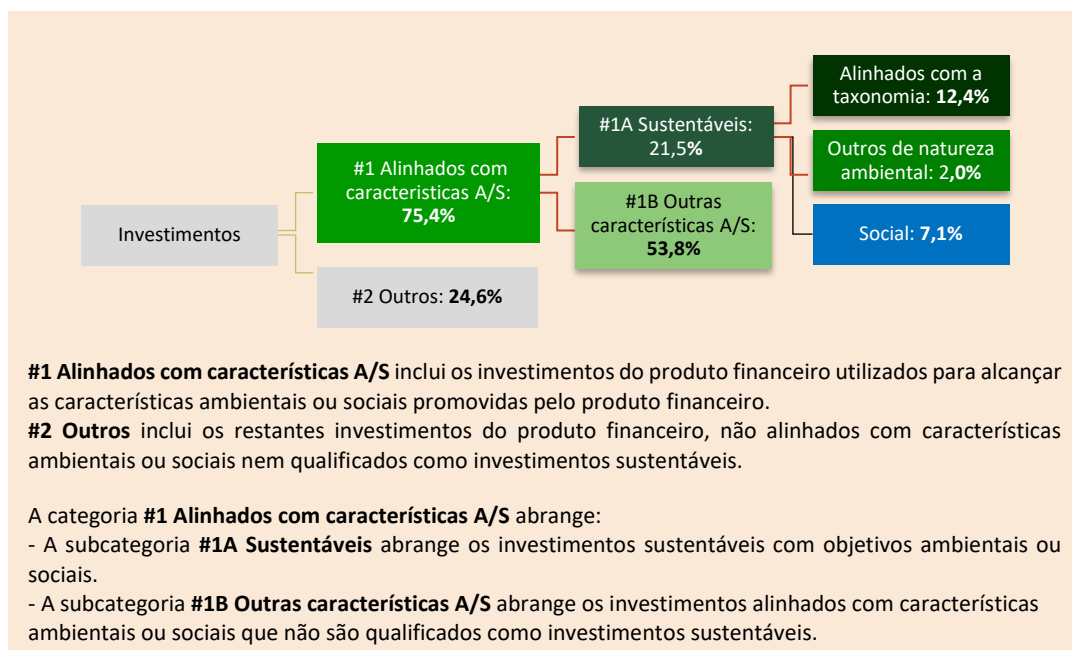
A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Setor	Subsetor	% Ativo
Utilities	Renewable Power Production	6,4%
	Electric Utilities	5,5%
	Multi-Utilities	3,6%
Food Retailers	Food Retail	14,5%
Banks	Diversified Banks	12,0%
Oil & Gas Producers	Integrated Oil & Gas	10,0%
Software & Services	Internet Software and Services	4,0%
	Enterprise and Infrastructure Software	2,3%
	Data Processing	2,0%
Semiconductors	Semiconductor Design and Manufacturing	7,7%
Paper & Forestry	Paper and Pulp	7,5%
Construction & Engineering	Non-Residential Construction	4,4%
Telecommunication Services	Telecommunication Services	3,6%
Transportation	Air Freight and Logistics	3,3%
Technology Hardware	Communications Equipment	2,5%
Containers & Packaging	Paper Packaging	2,1%
Media	Movies and Entertainment	2,0%
Pharmaceuticals	Pharmaceuticals	2,0%
Retailing	Online and Direct Marketing Retail	2,0%
Automobiles	Automobiles	1,9%
Liquidez	Liquidez	0,9%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE¹?

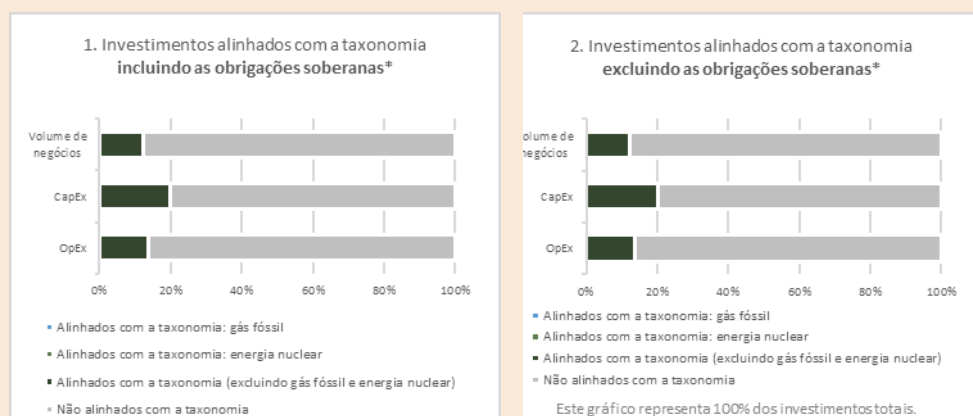
- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE¹?**

Sim:

 Gás fóssil Energia nuclear

 Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Cerca de 64,8% dos investimentos em carteira reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes 12,4% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, sendo que 8% respeitava a operações próprias, 4,1% a atividades capacitantes e os restantes 0,2% não divulgam dados suficientes relativos à origem deste alinhamento.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

O Fundo constituiu-se a 23 de dezembro 2025, não existindo períodos anteriores que possibilitem a comparação.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (21,5%), 2% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 21,5% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 7,1% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e ações de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e a gestão de liquidez.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade.

É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Neste sentido, não foram detetadas situações de non-compliance com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact. Existiam, no entanto, 4 entidades em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGGA GV Portuguese Equities - Fundo de Investimento Aberto de Ações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 452 173 euros e um total de capital do OIC de 450 574 euros, incluindo um resultado líquido de 574 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGGA GV Portuguese Equities - Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

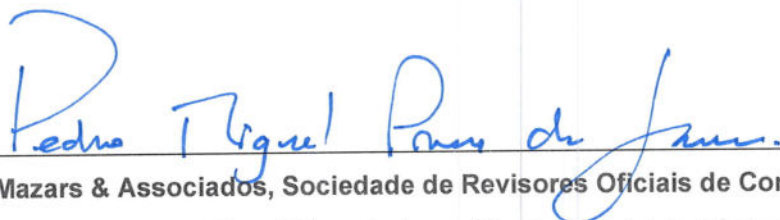
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)